

CELEBRAR A PÁSCOA EM TEMPO DE PANDEMIA

No passado dia 25 de março, a Congregação para o Culto Divino e a Disciplina dos Sacramentos (CCDDS) publicou um decreto a atualizar as indicações gerais e as sugestões já apresentadas no decreto precedente do passado dia 19 de março.

O texto da Santa Sé disciplina as celebrações da Semana Santa, dando orientações específicas para os países atingidos pela emergência sanitária.

Tendo esclarecido que, apesar da pandemia, a data da Páscoa não se pode transferir, o *Decreto* aponta critérios para a celebrar.

À luz das medidas restritivas em curso, que dizem respeito aos ajuntamentos e deslocação de pessoas, o *Decreto* da Congregação estabelece que os Bispos e os Presbíteros evitem a concelebração e celebrem os ritos da Semana Santa sem concurso de povo.

O *Decreto* recomenda que os fiéis sejam convidados a unir-se à oração nas suas casas, também graças à transmissão *em direto* dos vários momentos celebrativos e à valorização de subsídios preparados para a oração familiar e pessoal.

No que diz respeito às expressões da piedade popular e às procissões, o *Decreto* atribui ao Bispo Diocesano a possibilidade de as transferir para data conveniente (*propõe, a título de exemplo, 14 e 15 de setembro*).

Em concreto, o *Decreto* prevê:

1. Que, na medida do possível, estas celebrações se realizem nas igrejas catedrais e nas paroquiais. Os párocos com mais do que uma paróquia ao seu encargo pastoral farão a rotação que for possível e oportuna, mantendo as respetivas comunidades informadas acerca do lugar e da hora de cada celebração.

2. Para o **Domingo de Ramos**, estabelece-se uma distinção entre a celebração na Catedral e a das igrejas paroquiais. No primeiro caso pede que seja assumida a segunda forma prevista no *Missal Romano* (pág. 223s), com uma procissão no interior da igreja com ramos de oliveira ou de palmeira. No segundo caso, porém, a entrada do Senhor em Jerusalém é comemorada de forma simples (terceira opção do *Missal Romano*, pág. 224).

3. **Missa crismal**: reafirmamos quanto dito no comunicado de 20.03.2020: O Bispo Diocesano tem a faculdade de adiar a Missa Crismal para uma data posterior.

Recorda-se que, em caso de verdadeira necessidade, qualquer presbítero pode benzer o óleo para a Unção dos Enfermos (cf. Ritual Unção e Pastoral dos doentes, n. 21 dos Preliminares e n. 75).

4. **Quinta-feira Santa:** o *Decreto* concede aos presbíteros, a título extraordinário, a faculdade de celebrar a Santa Missa sem participação do povo. Estabelece que se omitam o lava-pés e a procissão no final da celebração, repondo-se o Santíssimo Sacramento no Sacrário.

5. **Sexta-feira Santa:** retomando a indicação do Missal Romano (n. 12. “*Em caso de grave necessidade pública, pode o Ordinário do lugar autorizar ou até decretar que se junte uma intenção especial*”), o *Decreto* pede que o Bispo introduza na Oração Universal uma intenção “pelos que se encontram em perigo, os doentes, os defuntos”. Posteriormente, em novo decreto de 30 de março, a CCDDS propõe um formulário de oração pelas vítimas da atual pandemia, que já foi divulgada (IXb).

Dado que a segunda forma da apresentação da Cruz (*Missal Romano*, pág. 270s) supõe uma procissão no interior da igreja, nas circunstâncias atuais aconselha-se a que, nas paróquias, se opte pela primeira forma proposta pelo *Missal Romano* (pág. 270).

6. **Vigília Pascal:** o *Decreto* prescreve que seja celebrada exclusivamente nas igrejas catedrais e paroquiais. O lucernário limitar-se-á ao acender do círio pascal, seguido do canto ou recitação do Precónio Pascal. Da Liturgia batismal apenas se mantém a renovação das promessas batismais, sendo adiada a celebração dos Batismos.

As indicações do *Decreto* são extensivas aos seminários, residências sacerdotais, mosteiros e comunidades religiosas, competindo ao Bispo Diocesano a decisão acerca destes lugares.

D. José Cordeiro

Presidente da Comissão Episcopal da Liturgia e Espiritualidade